



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2026

No dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas e dez minutos, no plenário da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, deu-se início a uma audiência pública para tratar sobre o “Plano Municipal de Políticas para Pessoas com Deficiência – 10 anos: das conquistas legais aos desafios da efetivação”. A audiência foi convocada pela Câmara, por solicitação da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Defesa do Consumidor – CODIR, composta pelo vereador Enio Brizola – Presidente, e pelos vereadores Eliton Ávila – Relator, e Professora Luciana Martins – Secretária, por meio do Requerimento nº 248/2026. O evento foi transmitido de forma simultânea pelos canais de mídia institucionais da Câmara Municipal. Estavam presentes os vereadores Eliton Ávila, Felipe Kuhn Braun e Professora Luciana Martins. O vereador Cristiano Coller enviou representante do seu gabinete. O presidente, vereador Felipe Kuhn Braun, fez a composição da Mesa: vereador Eliton Ávila – Relator da CODIR; vereadora Professora Luciana Martins, secretária da CODIR; e os Senhores Ângelo Reinheimer - Secretário de Cultura e Turismo; Anderson Bertotti - Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano; e Valdair da Rosa Silva - Presidente do Conselho Municipal da PCD de Novo Hamburgo. A Tribuna de Honra foi composta pelos seguintes representantes: Sra. Juliana Bohn, da Secretaria da Educação; Sr. Jerri Moraes, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação; Sr. Caique Machado, da Secretaria de Obras Públicas e Infraestrutura; Sr. Gabriel Duarte, da Secretaria da Saúde; e a Sra. Josiane Nobre de Loreto, gerente de políticas públicas para pessoas com deficiência. A seguir, o presidente Felipe Kuhn Braun declarou aberta a audiência e, em seguida, passou a condução dos trabalhos à vereadora Professora Luciana Martins, que leu o regulamento da audiência pública e fez suas considerações iniciais. A vereadora agradeceu a presença de todos na audiência e disse ser um momento de reflexão, avaliação e construção de propostas para avançar na acessibilidade e no acolhimento das pessoas com deficiência. A parlamentar fez a leitura da definição de pessoa com deficiência, conforme segue: “então, gostaria de fazer a leitura de trecho do plano municipal de políticas públicas para as pessoas com deficiência, aonde traz a definição, segundo a lei brasileira de inclusão: ‘Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Artigo 2º da Lei 13.146 de 2015’”. Após a leitura, ressaltou que o plano reforça princípios fundamentais como igualdade, equidade, autonomia, justiça social, transparência e participação, que orientam as políticas para pessoas com deficiência, e lembrou que a audiência precisava garantir fala e escuta ativa, assegurando que nenhuma decisão seja tomada sem a participação direta das pessoas com deficiência. Na sequência, a vereadora Professora Luciana Martins concedeu o uso da palavra ao vereador Eliton Ávila, que, devido a compromisso, precisava se ausentar da audiência. O vereador saudou os presentes e disse que, ao se discutir os 10 anos do plano de políticas públicas para pessoas com deficiência, é fundamental reconhecer que, embora ele tenha sido uma conquista importante para a inclusão, o grande desafio está na sua efetivação prática. Apontou que, no Brasil, há uma



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

cultura de promover debates nas esferas federal, estadual e municipal, mas muitas vezes sem planejamento concreto de médio e longo prazo. Defendeu ainda que, além do compromisso social, deve haver compromisso fiscal, com previsão orçamentária, análise de impacto financeiro, contratação de profissionais e definição de metas claras, para que os debates resultem em encaminhamentos concretos para o presente e para os próximos anos. O parlamentar se comprometeu em discutir com os colegas para haver intérpretes de Libras nas sessões e audiências públicas da Câmara, destacando que isso não é um gasto, mas um investimento essencial para a inclusão. Em seguida, o vereador Felipe Kuhn Braun utilizou a tribuna, cumprimentou os presentes e destacou que Novo Hamburgo tem muitos problemas em questões fundamentais de acessibilidade, como a adaptação de calçadas e a implantação de piso tátil. Ressaltou ainda que o objetivo do debate era não apenas discutir, mas também registrar proposições concretas, a fim de possibilitar a cobrança efetiva da administração pública por avanços na área da acessibilidade. Após, a vereadora Professora Luciana Martins concedeu o uso da palavra aos secretários convidados. O primeiro a se pronunciar foi o Senhor Valdair da Rosa Silva - Presidente do Conselho Municipal da PCD de Novo Hamburgo, que falou sobre o Plano Municipal de Políticas para as Pessoas com Deficiência de Novo Hamburgo, que teve início junto às discussões para criação do Conselho Municipal, sendo resultado de anos de debates, estudos e participação social. Esse processo ocorreu em paralelo à consolidação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), aprovada em 2015 no Brasil, fundamentada na Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Lembrou que Novo Hamburgo destacou-se ao ser o primeiro município do país a aprovar um plano municipal alinhado à LBI, representando um avanço significativo nas políticas públicas locais, embora ainda existam lacunas, como a falta de regulamentação plena da LBI e a ausência de atualização de legislações estaduais. O Sr. Valdair enfatizou a mudança de compreensão sobre a deficiência, que deixa de ser vista como um problema individual e passa a ser entendida como resultado das barreiras impostas pela sociedade, especialmente pela falta de acessibilidade. Disse que, apesar dos avanços históricos conquistados com muita luta por pessoas com deficiência, ainda há exclusão e dificuldades concretas de participação social, como mobilidade urbana precária e falta de estrutura adequada em espaços públicos. Por fim, propôs uma reflexão, questionando se a sociedade está, de fato, avançando na luta por novas conquistas e pela efetivação das políticas existentes, ou apenas buscando acesso a direitos já conquistados no passado. Na sequência, o uso da palavra foi concedido ao Sr. Anderson Bertotti - Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, que destacou que a inclusão das pessoas com deficiência é uma luta diária e coletiva, que exige a construção de uma estrutura urbana adequada para garantir condições dignas a todos. Ressaltou que políticas públicas não se limitam à assistência social, mas envolvem justiça, cidadania e dignidade humana, sendo responsabilidade do poder público promover espaços acessíveis, que permitam segurança e bem-estar na vida cotidiana. Enfatizou ainda a importância da educação inclusiva e da inserção no mercado de trabalho como formas de desenvolver o potencial e assegurar a participação plena dessas pessoas na sociedade. Por fim, colocou-se à disposição para ouvir demandas, promover diálogo e contribuir, junto ao Legislativo, na construção de soluções concretas que gerem benefícios coletivos. Após, o espaço da tribuna foi concedido ao Sr. Jorge Ângelo Reinheimer - Secretário de Cultura e Turismo, que, em primeiro lugar, prestou uma homenagem a Ricardo Seewald, ex-



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

presidente da Adevis, recentemente falecido, citando que o conheceu logo que assumiu como secretário e destacando seu engajamento e capacidade de inspirar reflexões mais profundas sobre inclusão, especialmente no âmbito cultural. Ressaltou que o desafio na cultura vai além do acesso físico aos espaços, envolvendo também o acesso ao conteúdo, muitas vezes ainda inacessível. Reconheceu as limitações e afirmou a necessidade de garantir, no mínimo, condições dignas de acessibilidade, citando como avanço a obra da Casa da Lomba, que será totalmente acessível. Apontou ainda que outros espaços, como o teatro e a biblioteca, carecem de melhorias, reforçando que promover acessibilidade não é uma gentileza, mas uma obrigação do poder público. Por fim, assumiu o compromisso, junto à sua equipe, de avançar na qualificação dos espaços e conteúdos culturais, reconhecendo os progressos já feitos, mas destacando que ainda há muito a ser realizado. Encerradas as falas dos convidados, a vereadora Professora Luciana Martins abriu o espaço para a manifestação do público presente previamente inscrito para participar do debate. A Sra. Ana Paula Noronha, representando a AFAD-21 e mãe do menino Davi, de 13 anos, afirmou que as famílias de pessoas com deficiência buscam educação, saúde e uma rede de apoio de qualidade, com inclusão efetiva e não apenas formal. Destacou que a AFAD não foi criada para substituir o papel do poder público, mas para colaborar na qualificação de profissionais e no diálogo com as secretarias, inclusive por meio de iniciativas próprias de formação e sensibilização. Compartilhou sua experiência como mãe, relatando desafios e conquistas na trajetória escolar do filho com síndrome de Down, evidenciando a importância de oportunidades reais de convivência e desenvolvimento, como momentos significativos de integração social. Apontou falhas persistentes, como a falta de preparo e quantidade suficiente de apoiadores, a baixa abertura das instituições para diálogo e a limitação das ações de conscientização, que alcançam poucas escolas. Questionou a demora nas mudanças, destacando que ainda se discutem questões básicas de acessibilidade e inclusão, como rampas, após anos de debate, e defendeu que não basta cumprir protocolos, sendo necessário garantir qualidade, estrutura adequada e respeito à pessoa com deficiência como sujeito de direitos e potencialidades. Finalizou reforçando a necessidade de ações concretas, maior articulação com o poder público e colocando a AFAD à disposição para contribuir na construção de soluções. A seguir, fez uso da palavra o Sr. Leandro Matte, representante do Conselho da Pessoa com Deficiência. Ele afirmou que, embora existam avanços e discursos relevantes em diversas áreas, é responsabilidade da sociedade garantir condições reais de cidadania para todas as pessoas, especialmente para as pessoas com deficiência, que devem ter assegurado o pleno exercício de seus direitos. Reconheceu os esforços da Coordenadoria e do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, mas apontou problemas concretos ainda existentes, como dificuldades no acesso a vagas especiais de estacionamento e falhas na mobilidade urbana, evidenciando que, apesar de leis e protocolos, a realidade ainda apresenta muitos obstáculos. Para finalizar, leu um texto ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo que estavam representados na audiência, como segue: “Chega de protocolos, queremos ação. Já em 2011, o Município aderiu ao compromisso nacional pela inclusão das pessoas com deficiência, assumindo e cumprindo o dever de criar um comitê gestor, com o objetivo de promover a articulação dos órgãos e entidades envolvidos na implementação de ações relacionadas à inclusão das pessoas com deficiência no âmbito do município, assim como de realizar o monitoramento e a



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

avaliação destas ações. E foi a este comitê gestor que coube a tarefa de elaborar o programa municipal de políticas para as pessoas com deficiência, ouvidas as secretarias, o conselho municipal e as entidades do segmento”. O Sr. Leandro Matte questionou quem dos presentes fazia parte do comitê gestor e quem já havia ouvido falar em comitê gestor. Na sequência, a Sra. Marilda Silveira, presidente da ADEVIS - Associação dos Deficientes Visuais de Novo Hamburgo, usou a tribuna e relatou a situação recorrente de constrangimento enfrentada por uma usuária cadeirante, com mais de 60 anos, que depende do transporte coletivo devido às dificuldades de locomoção com sua scooter em vias inadequadas. Citou um episódio recente, em que a cidadã tentou embarcar em diferentes ônibus, mas foi impedida sucessivamente por problemas na esteira de acessibilidade; quando finalmente um motorista tentou ajudá-la, o equipamento falhou e, além disso, ela sofreu agressão verbal. Relatou a falta de acessibilidade, preparo e respeito no atendimento, destacando a necessidade urgente de melhorias no transporte público, maior sensibilidade dos motoristas e ações efetivas dos órgãos responsáveis para garantir dignidade e o direito de ir e vir aos usuários. Como resposta à manifestação da Sra. Marilda, o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Sr. Anderson Bertotti, pediu a palavra e afirmou que o transporte público está sob responsabilidade da secretaria que representa e colocou o órgão à disposição, destacando que não será admitida conduta inadequada por parte dos motoristas. Informou que, após a identificação recente de problemas nas esteiras e sistemas elétricos de alguns ônibus, todos os veículos foram vistoriados e os defeitos corrigidos. Solicitou a colaboração da população para formalizar denúncias por meio de protocolos, ressaltando que esse é um instrumento essencial para a fiscalização do poder público. Enfatizou que há um contrato a ser cumprido e que, diante de infrações graves, a empresa será penalizada com multas e outras sanções, além da apuração da conduta dos motoristas, que são orientados e não devem, em hipótese alguma, desrespeitar os usuários. Após, ocorreu a manifestação do Senhor Carlos Spengler, representando a APAE. Ele destacou que a trajetória das pessoas com deficiência é historicamente marcada por dificuldades e cobrou do secretário de mobilidade urbana o cumprimento da promessa de um transporte público 100% acessível, o que, segundo ele, não se concretizou. Ressaltou que as pessoas com deficiência têm desejos e necessidades, mas enfrentam barreiras na acessibilidade em diversos espaços, como comércio e serviços de saúde, questionando, por exemplo, como uma pessoa surda seria atendida em um hospital. Defendeu que a sociedade deve enxergar o ser humano e garantir seus direitos com respeito, saindo do discurso para ações concretas, incluindo maior investimento na assistência social, com a destinação mínima de 5% da receita municipal. Por fim, enfatizou a responsabilidade conjunta entre poder público e sociedade para construir uma cidade mais acessível, baseada no respeito e na dignidade, sem que seja necessário implorar por direitos básicos. O Dr. Márcio Josias Becker, representando a OAB, utilizou a tribuna e defendeu que, idealmente, não seriam necessárias leis específicas para pessoas com deficiência, pois a Constituição já garante igualdade a todos, sem discriminação. Destacou a importância da criação de um comitê gestor para execução de políticas públicas, desde que inclua pessoas com deficiência, que conhecem na prática as dificuldades enfrentadas no cotidiano em Novo Hamburgo. Apontou diversos problemas de acessibilidade urbana, como calçadas inadequadas, pisos táteis mal posicionados, pontos de ônibus inacessíveis e ausência de rampas, além da falta de fiscalização e integração entre as secretarias. Ressaltou que a



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

discussão deve ir além do transporte público, abrangendo a mobilidade como um todo, garantindo o direito de circulação com segurança e autonomia. O Sr. Márcio também enfatizou que a acessibilidade não se limita a aspectos arquitetônicos, mas inclui dimensões atitudinais, comunicacionais e metodológicas, fundamentais para o atendimento digno em serviços públicos. Criticou a falta de implementação e fiscalização dos planos existentes e defendeu ações concretas, como incentivos ao comércio para se tornar mais acessível, incluindo cardápios em braile e provadores adaptados nas lojas. Questionou a ausência de recursos como sinaleiras sonoras e melhores condições de acesso em espaços públicos, reforçando a necessidade de envolvimento do Legislativo e do Executivo na execução efetiva das políticas, para garantir que pessoas com deficiência possam exercer plenamente sua cidadania com respeito, segurança e dignidade. Após, foi concedido o uso da palavra ao Sr. Vitor Damian, representando a ADEFI - Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo, que destacou que estava há 23 anos na cadeira de rodas, desde que foi assaltado quando tinha um mercado, e ficou paraplégico. Disse que, a partir dali começou a dar valor às questões de mobilidade. Destacou a importância da acessibilidade e inclusão em todos os espaços da cidade, especialmente no transporte público, reconhecendo que a antiga empresa de ônibus, apesar de falhas, atendia melhor em alguns aspectos, e criticou a dificuldade de diálogo com a atual gestão. Agradeceu à equipe da prefeitura, citando a Sra. Josiane Nobre de Loreto, mas denunciou que a assistência social e entidades como a ADEFI - Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo, estão desassistidas e pouco conhecidas pela população. Reforçou que a acessibilidade deve ser contínua e não pontual, e solicitou apoio da vereadora Professora Luciana Martins para viabilizar o retorno do transporte público adaptado, mencionando um ônibus já existente que está abandonado. Propôs que esse transporte atenda todas as entidades ao menos uma ou duas vezes por semana, como ocorria anteriormente, e fez um apelo por ações concretas do poder público diante do abandono enfrentado nos últimos anos, buscando avanços que possam beneficiar a comunidade no futuro. Na sequência, foi concedido o uso da palavra à Senhora Alda Rodrigues Schmidt, que relatou ter se sentido envergonhada e chateada ao perceber o olhar de pena das pessoas, destacando que só busca direitos básicos, como o de ir e vir e realizar atividades simples do dia a dia. Afirmou que participa da Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo e da LEME - Associação dos Lesados Medulares, e reforçou a importância de sair de casa para não se sentir esquecida, pois o isolamento aumenta o sofrimento. Ressaltou que muitas pessoas com deficiência acabam aceitando as condições disponíveis, mesmo que inadequadas, e apontou que até quem auxilia cadeirantes, por vezes, demonstra constrangimento. Apesar das dificuldades ela disse manter a esperança de mudança e fez um apelo pelo direito de ir e vir para todos os cidadãos de Novo Hamburgo. O Sr. Márcio Teixeira, representando o Moto Insanos, falou que o lema do clube é "fazer o bem sem olhar a quem". Ele desafiou o público a adotar essa mesma postura no dia a dia, destacando que, embora as políticas públicas ainda sejam insuficientes e avancem com dificuldade no Brasil em comparação a outros países que ele conhece como guia de turismo, não se deve esperar apenas pelos governantes; é preciso agir individualmente, ajudando as pessoas próximas, para contribuir diretamente na construção de um mundo melhor. A seguir, a vereadora Professora Luciana Martins passou a palavra à Senhora Amanda Bender, representante da Adevis, que afirmou não se sentir segura para circular em Novo Hamburgo, seja em espaços públicos,



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

comércio, transporte ou serviços de saúde, criticando a precariedade no atendimento, especialmente para pessoas com deficiência e idosos, e a falta de preparo e acessibilidade no comércio, como ausência de braile e de atendimento adequado. Destacou que, como deficiente visual, sua maior dificuldade é a falta de segurança na cidade, e ressaltou a importância da Adevis como um apoio fundamental em sua vida, pois por meio dela teve acesso a direitos, atividades e oportunidades de desenvolvimento, como cursos e atendimentos, que a motivaram a aproveitar tudo com determinação e manter uma visão positiva, valorizando as oportunidades e o que carrega de bom dentro de si. O Senhor Antônio Aguiar da Silveira, deficiente visual e representando a Adevis, relatou que, no Bairro Canudos, em Novo Hamburgo, as calçadas não são acessíveis, com buracos, vegetação excessiva e obstáculos que o obrigam a andar pela rua junto aos carros, dificultando especialmente o acesso ao posto de saúde; afirmou que o atendimento de saúde em geral é razoável, mas criticou a falta de dentistas e a dificuldade para conseguir encaminhamento odontológico. Questionou sobre a responsabilidade pela manutenção e limpeza das calçadas, destacando que o serviço atual da prefeitura é ineficaz, pois o mato cresce rapidamente, e solicitou maior compromisso do poder público com essas questões. Em resposta ao Senhor Antônio, o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Anderson Bertotti, explicou que a manutenção das calçadas é responsabilidade dos moradores, que deveriam mantê-las limpas, embora isso nem sempre ocorra na prática; destacou que o Município realiza serviços de roçada e capina em toda a cidade, mas que, especialmente nos períodos de calor, o crescimento rápido do mato dificulta o trabalho das equipes, que não conseguem atender toda a demanda, agravado pela falta de manutenção por parte dos moradores. Informou ainda que haverá ampliação da fiscalização por meio de concurso público para aumentar o número de fiscais, com o objetivo de autuar e obrigar os responsáveis a cuidarem de seus espaços, além de prever reforços no orçamento municipal para evitar a repetição dos problemas enfrentados no ano atual. A última pessoa a se manifestar no espaço destinado ao público foi a Sra. Gecy Clauk, da AFAD, que relatou sua trajetória de atuação na entidade, destacando que sua luta começou após sofrer 60 negativas de matrícula para sua filha em escolas de Novo Hamburgo, experiência dolorosa que a motivou a lutar para que nenhuma outra família passasse pelo mesmo; mencionou que a filha acabou estudando em outro município e que houve avanços para muitas pessoas, além de agradecer ao grupo Insanos Moto Clube pelo apoio à causa das pessoas com deficiência, ressaltando a importância de iniciativas da sociedade civil ao lado do poder público. Ela também questionou a ausência de ações efetivas do município, como plano, comitê gestor e formações continuadas, lembrando que a AFAD promoveu capacitações e buscou referências por conta própria para qualificar a educação inclusiva, contribuindo para que Novo Hamburgo já tivesse reconhecimento nacional na área. No entanto, criticou a perda desse progresso, sugerindo que isso foi deixado de lado e que, nos últimos anos, a população com deficiência se tornou invisível, apesar do aumento de alunos nas escolas, reforçando que, mesmo diante das dificuldades, a luta por educação inclusiva continua. Encerrada a participação do público presente, a vereadora Professora Luciana Martins passou a palavra aos Secretários Ângelo Reinheimer e Anderson Bertotti; e ao Senhor Valdair da Rosa Silva - Presidente do Conselho Municipal da PCD, que fizeram breves considerações finais. Após, a vereadora Professora Luciana Martins agradeceu a presença de todos na audiência e fez os encaminhamentos da



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

audiência pública. Em primeiro lugar, a vereadora solicitou que se incluísse uma participação que não foi feita na tribuna, do cidadão Claudinei, para que seja feito um censo das pessoas com deficiência em Novo Hamburgo, e sugeriu que se encaminhe um censo amplo. Solicitou que todos assumam o compromisso de discutir um orçamento de 5% para a assistência social e sugeriu o encaminhamento, em conjunto com os demais vereadores, da criação de um selo para identificar o comércio. Convidou o vereador Cristiano Coller e os demais parlamentares a encaminharem um projeto que valorize, invista e garanta que as construções e empreendimentos de Novo Hamburgo assegurem plena acessibilidade, permitindo que todos possam ir, vir e viver com dignidade. Também solicitou aos representantes das secretarias o encaminhamento do grupo gestor, destacando a necessidade de um ato ou decreto que formalize a nomeação de seus integrantes. Ressaltou que esse grupo deve contar com a participação ativa da comunidade, para acompanhar e elaborar o plano municipal de políticas públicas, garantindo que ele saia do papel e se concretize. Logo após, foi concedida a palavra à Sra. Josiane Nobre de Loreto, gerente de políticas públicas para pessoas com deficiência, que informou já estar articulando a criação do comitê gestor, destacando que a demanda é de conhecimento da secretaria e foi bem recebida, além de mencionar a necessidade de envio de ofício para formalizar a nomeação dos indicados. A vereadora Professora Luciana Martins afirmou que aguarda o encaminhamento do requerimento do grupo gestor e reforçou que a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação deve promover a articulação com o conselho e demais entidades para compor o conselho gestor, possibilitando o avanço das ações e a breve formação do grupo. Para finalizar, a vereadora dedicou a audiência pública ao Senhor Ricardo Seewald, recentemente falecido. Nada mais havendo a tratar, às vinte e uma horas e dezoito minutos, a vereadora Professora Luciana Martins determinou a lavratura da ata e encerrou a audiência pública.

Observação: a íntegra do vídeo desta audiência pública pode ser acessada no link <https://www.youtube.com/watch?v=3veOnN1uybE>

Vereadora Professora Luciana Martins
Presidente